

Sumário

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

- Novos direitos e ativismo judicial*
Juliana Guimarães Müller
Carolina Noura de Moraes Rêgo..... 17
- Descortinando o novo regime jurídico das execuções fiscais antieconômicas dos conselhos profissionais das brumas do regime anterior*
Tiago Bologna Dias 37
- Microsociologia e macropolítica no positivismo criminológico: bases para uma reflexão à luz da criminologia crítica*
Fábio Wellington Ataíde Alves 49
- Experimentalismo democrático e a tomada de decisão da maioria na Política de Aristóteles*
Isaac Matheus Olivatto 59

JURISPRUDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Desapropriação. Viracopos. Ampliação. Indenização. Laudo pericial judicial. Metodologia reconhecida. Valor da indenização contemporâneo à avaliação judicial. Levantamento da indenização. Possuidor. Necessidade do registro da promessa. ApCiv 0006426-70.2013.4.03.6105*
Desembargador Federal Hélio Nogueira 79
- Responsabilidade civil do Estado. Ilegitimidade passiva. Rejeitada. Prescrição. Não ocorrência. DNIT. Acidente de veículo. Animal na pista. Conduta omissiva. Responsabilidade objetiva. Danos materiais. Seguradora. Direito de regresso. ApCiv 0011926-30.2016.4.03.6100*
Desembargador Federal Mairan Maia 96

Servidor público. PAD. Prova testemunhal. Indeferimento. Art. 168 Lei nº 8.112/90. Penalidade diversa. Motivação. Possibilidade.

ApCiv 5018847-46.2018.4.03.6100

Desembargador Cotrim Guimarães..... 108

Concurso público. Cotas raciais. Autodeclaração. Previsão no edital de posterior heteroidentificação baseado no fenótipo. Legalidade.

ApCiv 5017541-90.2019.4.03.6105

Desembargadora Federal Mônica Nobre..... 115

Programa "Aqui tem farmácia popular". Suspensão temporária do credenciamento. Ato discricionário do Ministério da Saúde. Inexistência de ilegalidade ou inconstitucionalidade.

ApCiv 5002062-96.2020.4.03.6113

Desembargador Federal Johansom Di Salvo 126

Servidora militar da Marinha do Brasil. Pessoa transgênero. Direito ao uso de cabelos e uniforme nos moldes femininos. Inclusão do nome social da plaqueta de identificação. Direito à identidade de gênero. Precedente do STF. Indenização por danos morais.

ApCiv 5000410-46.2021.4.03.6004

Desembargador Federal Valdeci Dos Santos..... 135

Multa imposta por agência reguladora. Poder de polícia. Pagamento com desconto de 30%. Resolução ANTT nº 5.083/16. Necessidade de envio de termo de renúncia a recurso administrativo. Interpretação literal e restritiva da norma instituidora de benefícios.

ApCiv 5000474-90.2021.4.03.6122

Desembargadora Federal Consuelo Yoshida..... 144

Simples nacional. Exclusão. Pagamento. Reinclusão. Possibilidade.

AI 5002948-33.2022.4.03.0000

Desembargador Federal Marcelo Saraiva 148

DIREITO CIVIL

Propriedade industrial. INPI. Assistente litisconsorcial atípico. Cerceamento de defesa. Propriedade industrial. Marca. Registro sem ressalva de exclusividade.

ApCiv 0003285-92.2012.4.03.6100

Desembargador Federal Carlos Francisco 155

Recurso Inominado Cível. Turma Recursal. Fraude em operações de cartão. Negligência do correntista. Parcial culpa da instituição financeira. Limitação diária PIX culpa concorrente. Inteligência do art. 945 do Código Civil.

5001217-67.2021.4.03.6327

Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzales..... 163

Mandado de Segurança. Liminar. FIES. Residência médica em área definida como especialidade médica prioritária. Direito à prorrogação do prazo de carência do financiamento estudantil por todo o período de duração da residência médica. Lei nº 10.260/2001.

AI 5005541-35.2022.4.03.0000

Desembargador Federal Wilson Zauhy..... 171

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa. Gerente da Caixa Econômica Federal. Destacamentos. Prestação de contas. Uso indevido de veículo e passagens aéreas destinados a serviço. Lei nº 8.429/1992. Tese 1.199/STF. Sanções cabíveis. Dano moral coletivo.

ApCiv 0002895-30.2014.4.03.6108

Desembargador Federal Carlos Muta..... 177

DIREITO PENAL

Importação de medicamentos estrangeiros sem registro no órgão de vigilância competente. Inconstitucionalidade do preceito secundário. Repristinação da norma anterior. Crime de menor potencial ofensivo. Proposta de suspensão condicional do processo. Conversão em diligências.

ApCrim 0002148-97.2012.4.03.6125

Desembargador Federal Fausto De Sanctis 201

Peculato. Funcionário público. Terceiro setor. Convênio. Exercício de atividade atípica do estado. Equiparação indevida. Fraude e uso de documentos falsos para desvio de recursos públicos. Conduta dolosa. Insuficiência de provas. Absolvição mantida.

ApCrim 0000410-27.2013.4.03.6000

Desembargador Federal André Nekatschalow 220

Artigo 334-A, § 1º, inciso I, do Código Penal c/c artigos 2º e 3º do Decreto-lei nº 399/68. Extinção da punibilidade pela morte do agente. Desclassificação para o delito de favorecimento real. Desclassificação para o crime de descaminho. Impossibilidade. Materialidade e autoria comprovadas. Dosimetria. Substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos. Inabilitação para dirigir veículos.

ApCrim 5001759-18.2020.4.03.6005

Desembargador Federal José Lunardelli 252

"Habeas Corpus". "Cannabis sativa". Uso terapêutico.

RemNecCrim 5002779-30.2022.4.03.6181

Desembargador Federal Nino Toldo 264

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Pensão por morte. Casamento. Separação de fato do casal antes da época do passamento. Habilitação do autor como dependente. Dependência econômica não comprovada. Impossibilidade. Suspensão do benefício. Estrito cumprimento de decisão judicial. Inexigibilidade de conduta diversa. Incompetência do juízo estadual. Não verificada.

ApCiv 0006557-29.2011.4.03.6133

Desembargador Federal Carlos Delgado..... 279

Juízo de retratação. Tema repetitivo nº 692/STJ. Devolução de valores recebidos a título de tutela posteriormente revogada.

Ag ApCiv 0022970-91.2013.4.03.9999

Desembargadora Federal Inês Virgínia 297

Auxílio por incapacidade temporária. Incapacidade laboral. Requisitos preenchidos. Termo inicial.

ApCiv 0000694-18.2016.4.03.6004

Desembargador Federal Daldice Santana 299

Aposentadoria por tempo de contribuição. Atividade rural. Regime de economia familiar não comprovado. Requisitos não preenchidos.

ApCiv 5002708-61.2018.4.03.6183

Desembargador Federal Sérgio Nascimento 305

Juízo de retratação. Cumprimento de sentença. Implantação administrativa de benefício no curso da ação judicial. Opção pelo benefício mais vantajoso. Execução de atrasados. Viabilidade. Orientação do STJ em Recurso Repetitivo (Tema 1.018).

AI 5011623-24.2018.4.03.0000

Juiz Federal Convocado Marcelo Guerra 308

Salário maternidade. Concessão do benefício ao genitor. Possibilidade. Analogia.

ApCiv 5869639-74.2019.4.03.9999

Juiz Federal Convocado Denilson Branco..... 311

Aposentadoria por tempo de serviço. Atividade especial. Revisão. Necessidade de realização de prova pericial. Anulação da sentença. Cerceamento de defesa.

ApCiv 5891662-14.2019.4.03.9999

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta 320

Pensão por morte. Revisão. Alteração da RMI de benefício originário. Reflexos. Incidência de prescrição quinquenal.

ApCiv 5009597-60.2020.4.03.6183

Desembargador Federal Toru Yamamoto 336

Benefício de auxílio por incapacidade temporária /aposentadoria por incapacidade permanente. Presença dos requisitos legais. Consectários.

ApCiv 5010825-70.2020.4.03.6183

Desembargador Federal Gilberto Jordan 340

Pensão por morte. Óbito de genitor após a Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.528/97. Filho maior e inválido. Incapacidade do beneficiário anterior ao óbito do instituidor. Dependência econômica demonstrada. Preenchimento dos requisitos legais. Cumulação de pensões. Possibilidade.

ApCiv 5000025-02.2021.4.03.6133

Desembargador Federal Newton De Lucca 347

Auxílio-reclusão. Vínculo empregatício demonstrado. Qualidade de segurado comprovada. Segurado desempregado. Baixa renda configurada. Requisitos preenchidos. Benefício devido. Autoras absolutamente incapazes. Termo inicial mantido na data da prisão. Lei vigente à época do encarceramento. Pagamento devido também no período do regime semiaberto.

ApCiv 5013355-13.2021.4.03.6183

Desembargador Federal Nelson Porfírio 353

Ação Rescisória. Benefício assistencial. Deficiência intelectual leve. Incapacidade não comprovada. Violação manifesta de norma jurídica. Não ocorrência.

AR 5014645-85.2021.4.03.0000

Desembargador Federal Baptista Pereira 361

Ação Rescisória. Aposentadoria por tempo de contribuição. Violação de lei: não ocorrência na espécie. Períodos de auxílio-doença não intercalados com contributivos. Inviabilidade de cômputo para carência.

AR 5026155-95.2021.4.03.0000

Desembargador Federal David Dantas 368

Seguro-desemprego. Pescador profissional artesanal. Período de defeso. Requisitos.

ApCiv 5035791-27.2022.4.03.9999

Desembargadora Federal Leila Paiva 379

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Execução Fiscal. Juízo de retratação. Prescrição intercorrente para o redirecionamento. Verificação. REsp acórdão retratado e, de ofício, reconhecida a prescrição para incluir o responsável tributário.

AI 0002198-92.2017.4.03.0000

Desembargador Federal André Nabarrete 387

Agravo interno contra decisão de sobrestamento de Recurso Especial. Tese apresentada a ser decidida como representativo de controvérsia. Juízo de admissibilidade não pode ser realizado de forma fracionada.

Ag REsp ApCiv 5001244-64.2018.4.03.6130

Desembargador Federal Antonio Cedenho 391

Execução Fiscal. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. IRDR. Suspensão do IDPJ sem prejuízo da análise da questão nos autos da execução.

AI 5014260-74.2020.4.03.0000

Desembargador Federal Paulo Domingues..... 394

Cumprimento de sentença. Multa cominatória. INSS. Atraso no cumprimento de decisão judicial. Cabimento. Valor excessivo. Redução. Valor total. Limitação.

AI 5007127-44.2021.4.03.0000

Juiz Federal Convocado Nilson Lopes..... 403

Execução Fiscal. SISBAJUD. Penhora "on line". Reiteração programada. Possibilidade.

AI 5000318-04.2022.4.03.0000

Desembargador Federal Peixoto Junior 407

Agravo Regimental em Suspensão de Liminar. Tutela antecipada antecedente. Remoção provisória de membro do MPF. Lesão à ordem jurídica. Caracterização. Embaraço ao regular procedimento de provimento do cargo público. Impedimento à reorganização do órgão público. Óbice ao cumprimento da Lei nº 14.290/2022. Pretensão de substituição do interesse público primário pelo interesse do agente público.

SLS 5009692-44.2022.4.03.0000

Desembargadora Federal Marisa Santos 412

Conflito negativo de competência. Juizado Especial Federal e Juízo Federal Comum. Anulação de ato administrativo. Multa aplicada no exercício do poder de polícia.

CCCV 5011406-39.2022.4.03.0000

Desembargador Federal Souza Ribeiro 432

Conflito Negativo de Competência. Vara Federal vs. JEF. Fase de cumprimento de julgado. Trespasse do valor da condenação ao importe da alçada do JEF. Ausência de repercussão competencial. Procedência.

CCCV 5021070-94.2022.4.03.0000

Juíza Federal Convocada Mônica Bonavina 435

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Revisão criminal. Roubo majorado. Concurso de crimes. Reconhecimento fotográfico realizado em desacordo com o artigo 226 do código de processo penal. Nulidade da prova. Ausência de provas independentes da autoria. Absolvição.

RevCrim 5000120-98.2021.4.03.0000

Desembargador Federal Paulo Fontes 445

"Habeas Corpus". Contrabando. Liberdade provisória. Fiança. Isenção. Concessão da ordem.

HCCrim 5027168-95.2022.4.03.0000

Desembargador Federal Maurício Kato 453

DIREITO TRIBUTÁRIO

Imposto de importação. Composição do valor aduaneiro. Inclusão das despesas de capatazia. Inexistência de inconstitucionalidade. Tema 1014 STJ. Tese firmada em julgamento de recurso repetitivo. Imediata aplicação. Tema 1014 STJ.

Ag ApelRemNec 5005052-58.2018.4.03.6104

Desembargador Federal Nelton Dos Santos 459

Moeda estrangeira em espécie. Ingresso no território nacional. Exigibilidade de declaração ao Fisco. Retenção e perdimento de valores excedentes ao legalmente permitido. Legalidade. Lei 9.069/1995, Instrução Normativa RFB 1.385/2013 e Decreto 6.759/2009. Não caracterização de conduta a ensejar reparação pecuniária. Danos morais indevidos.

ApCiv 5003823-13.2021.4.03.6119

Desembargadora Federal Marli Ferreira 470

Mandado de Segurança. Restituição do indébito. SELIC Incidentes sobre indébito tributário. Não incidência de IRPJ e CSLL. Tema 962/STF. Devolução de depósitos. Aplicação do entendimento do STJ. Necessidade de observação da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade.

ApelRemNec 5004339-66.2021.4.03.6108

Desembargador Federal Nery Júnior 481

SENTENÇAS

Ação Penal. Crime de falso testemunho. Depoimento falso na condição de testemunha, nos autos de reclamatória trabalhista, como testemunha da reclamante.

0000559-75.2018.4.03.6120

Juiz Federal Márcio Cristiano Ebert 493

Embargos à Execução Fiscal. Seguro garantia. Afastamento de cobrança de tributos e acessórios. IRPJ/CSLL. Apuração do lucro real. Reversões de provisões indedutíveis. Amortizações de ágio pela aquisição de empresas.

5017955-51.2019.4.03.6182

Juiz Federal Erik Frederico Gramstrup 501

Ação Civil Pública Cível. Pedido liminar. Oferta irregular de curso de nível superior e pós-graduação. Nulidade de diplomas expedidos em parceria com os réus, excluídos aqueles validamente desenvolvidos exclusivamente pelas instituições de ensino em seu endereço de credenciamento. Reparação de danos materiais e morais sofridos pelos alunos lesados. Pagamento solidário de danos morais coletivos, em razão de publicidade enganosa e oferta de cursos irregulares e diplomas falsos.

5000105-87.2020.4.03.6007

Juiz Federal Ney Gustavo Paes de Andrade 542

Inquérito policial. Delito de uso de documento falso, consistente em diploma escolar de graduação no curso de educação física e histórico escolar, para inscrição profissional no Conselho Regional de Educação Física da 4ª região. Acordo de não persecução penal. Abusividade. Controle judicial. Não homologação. Concessão de "habeas corpus" de ofício pelo Juízo.

5004240-08.2020.4.03.6181

Juiz Federal Márcio Assad Guardia 557

Procedimento comum cível. Pedido de tutela de urgência. Desconstituição de ato administrativo de natureza punitiva (auto de infração e imposição de multa). Multa sobreveio de fiscalização na qual se constatou que cinco (05) televisores foram expostos na loja sem constar a etiqueta nacional de conservação de energia.

5001191-75.2021.4.03.6131

Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite 573

Ação civil de improbidade administrativa. Processo de apuração de responsabilidade disciplinar e civil. Saque de quotas e rendimentos de PIS. Cargo de gerente.

5003193-14.2021.4.03.6100

Juíza Federal Sílvia Figueiredo Marques 582

Procedimento do Juizado Especial Cível. Tutela antecipada de urgência. Disponibilização do medicamento Purodiol (derivado do canabidiol). Menor impúbere. Síndrome de Aicardi-Goutières. Quadro de convulsões.

5001395-24.2022.4.03.6313

Juiz Federal Gustavo Catunda Mendes 587

Mandado de Segurança Cível. Pleito de aplicação da alíquota zero para a CSLL, o IRPJ, a contribuição ao PIS e a Cofins, na forma prevista pelo art. 4º da Lei nº 14.148/2021.

5005287-89.2022.4.03.6102

Juiz Federal Peter de Paula Pires 594

SÚMULAS

Súmulas do TRF da 3ª Região599

Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região606